Políticas Públicas de Inclusão: A Relação entre Ensino a Distância e Acessibilidade dos Portadores de Necessidades Especiais Visuais à Plataforma CEDERJ.

Msc. Rosiane Lúcia Ribeiro, Dra. Eliana Crispim França Luquetti.

O presente trabalho propõe-se conjeturar políticas e propostas para a educação inclusiva, com a finalidade de colaborar para um aumento das possibilidades de permanência dos alunos deficientes nos processos educacionais, de conquista da cidadania, e de entrada digna no mercado de trabalho. Para os professores dedicados à educação inclusiva, destacamos a observância das diferenças expressas nos valores culturais, nas identidades territoriais e na "humanização" das deficiências, consideradas erroneamente como anormalidades. Essa concepção de educação inclusiva requer um "currículo inteligente", métodos, técnicas, organização, recursos educativos e materiais específicos, como apostilas em braile, e outras temporalidades, respeitando cognições e linguagens próprias (Lei n° 9394/96), significâncias e sentidos construídos à luz da pedagogia inovadora, como a da alternância, que não é sinônimo de educação à distância, tampouco coaduna com a dicotomia teoria-prática.

A Educação a Distância (EAD) é uma realidade em ascensão e que nas próximas décadas deverá reunir mais alunos do que na educação presencial, com formatos mais ricos e variados do que o imaginado. A principal vantagem da EAD é a perspectiva de promover oportunidades educacionais para grandes demandas, democratizando o conhecimento independentemente das condições de localização e deslocamento. Contudo, pretende-se problematizar a situação dos alunos deficientes visuais, que se distanciam cada vez mais do sucesso pedagógico, e preconizar os cuidados nos cursos a distância, pois refutamos os pressupostos de que o aluno já saiba estudar, tenha todas as formas de acesso e aprenda sem a intervenção de um orientador.

É preciso cercar-se de uma multiplicidade de meios eficazes para alcançar êxito no processo ensino – aprendizagem, bem como refletir sobre o que está previsto na Constituição em relação à educação para fundamentar esta discussão a respeito das políticas educacionais de inclusão que caracterizam e contemplam a EAD.

Palavras-chave: Educação a Distância, Inclusão, Políticas Públicas

Instituição de fomento: FAPERJ - UENF